



Bruxelas, 5 de setembro de 2023
(OR. en)

12616/23

AGRI 482
AGRISTR 44
COH 62
SOC 583
EMPL 418
ENV 939

NOTA

de: Secretariado-Geral do Conselho
para: Delegações

Assunto: Uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE: definir o futuro das zonas rurais da UE
– *Troca de pontos de vista*

Tendo em vista a reunião do Conselho (Agricultura e Pescas) de 18 de setembro de 2023, envia-se em anexo, à atenção das delegações, um documento de referência da Presidência sobre o assunto em epígrafe, que inclui perguntas destinadas a enquadrar o debate ministerial.

Documento de referência

(4.9.2023)

Debate do Conselho da UE sobre uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE: *definir o futuro das zonas rurais da UE*

Troca de pontos de vista

As zonas rurais da União Europeia são cruciais para o bem-estar dos seus cidadãos e para o funcionamento da sociedade. As zonas rurais são habitadas por 137 milhões de pessoas e cobrem 83 % do território da UE. São fundamentais para alcançar os objetivos de sustentabilidade da UE, uma vez que desempenham um papel vital na produção alimentar e na gestão sustentável dos recursos naturais de que todos os europeus dependem, bem como na preservação do património cultural. No seu conjunto, as zonas rurais contribuem de forma decisiva para o bem-estar geral, a resiliência e a solidez económica da UE.

As zonas rurais da UE enfrentam desafios únicos, incluindo o envelhecimento da população, o declínio demográfico, as disparidades de género, a conectividade limitada, as infraestruturas subdesenvolvidas, a falta de oportunidades de emprego diversificadas e as lacunas na disponibilidade de serviços e no acesso aos mesmos. No entanto, estas zonas também participam de forma ativa nas transições ecológica e digital, oferecendo oportunidades para melhorar as condições de vida das populações rurais e reforçar a coesão social e territorial.

Em junho de 2021, a Comissão Europeia adotou a Comunicação "***Uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE***", que visa criar comunidades rurais mais fortes, interligadas, resilientes e prósperas até 2040. A visão baseia-se em consultas alargadas e em exercícios prospetivos e de análise sobre uma vasta gama de temas importantes para as regiões rurais. Esta comunicação expõe os desafios e as preocupações que estas zonas enfrentam e destaca algumas das oportunidades mais promissoras de que dispõem. A comunicação inclui a proposta de um Pacto Rural e a execução, pela Comissão Europeia, de um Plano de Ação da UE para as Zonas Rurais para apoiar os objetivos e aspirações comuns das comunidades rurais.

Para enfrentar estes desafios e tirar partido das oportunidades, esta visão salienta a necessidade de políticas adequadas que apoiem zonas rurais sustentáveis. Propõe capacitar as comunidades rurais, melhorar o acesso a serviços e infraestruturas, facilitar a inovação, reforçar a conectividade (tanto termos de transportes como de acesso digital), preservar os recursos naturais e combater as alterações climáticas, promover práticas agrícolas ecológicas, melhorar a resiliência social e diversificar as atividades económicas, melhorar a competitividade das PME e tirar partido do potencial da economia verde e social.

Uma destas políticas é a nova PAC, que contribui para esta visão promovendo um setor agrícola inteligente, resiliente e diversificado, impulsionando a proteção do ambiente e a ação climática e reforçando o tecido socioeconómico das zonas rurais.

No entanto, devido à diversidade das zonas rurais, são necessárias estratégias e soluções de desenvolvimento direcionadas, de base local e integradas, tendo em conta as necessidades e vantagens específicas de cada região. A governação participativa na conceção de políticas e na tomada de decisões, envolvendo intervenientes locais e organizações da sociedade civil, é fundamental para promover e reforçar a coesão social e territorial. O reforço das capacidades nas zonas remotas é crucial para capacitar as comunidades rurais e, neste contexto, devem ser fortemente incentivadas abordagens e parcerias de governação a vários níveis. No âmbito desta visão, importa destacar o papel dos grupos de ação local e das estratégias de desenvolvimento local de base comunitária, bem como a importância das interdependências e ligações entre zonas rurais e urbanas e o papel desempenhado pelas cidades de pequena e média dimensão como "âncoras" do desenvolvimento local.

Na prática, o **Pacto Rural** visa mobilizar intervenientes a diferentes níveis, incluindo os níveis da UE, nacional, regional e local, para responder às necessidades das zonas rurais, promovendo a coesão económica, social e territorial. Adicionalmente, o **Plano de Ação da UE para as Zonas Rurais** enumera as ações benéficas para as zonas rurais empreendidas pela Comissão Europeia no âmbito das políticas pertinentes, procurando um desenvolvimento rural sustentável e integrado, com o apoio das políticas existentes, como a política agrícola comum (PAC), a política de coesão e o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, mas também de outras políticas setoriais (energia, educação, mobilidade, etc.).

A visão salienta igualmente a importância de acompanhar e reexaminar a execução deste Plano de Ação da UE para as Zonas Rurais, assegurando a sua pertinência e identificando os domínios que necessitam de um apoio reforçado. Neste contexto, foi criado no Centro Comum de Investigação, no final de 2022, um observatório dos territórios rurais para centralizar e analisar dados, contribuir para a elaboração de políticas e apoiar a execução do Plano de Ação Rural.

Reconhecendo este facto, a visão a longo prazo para as zonas rurais salienta a importância de uma abordagem holística do desenvolvimento rural que combine políticas e ações – incluindo investimentos – a nível da UE, nacional e regional. Esta abordagem deve dar resposta aos desafios, incentivar condições económicas e sociais equitativas para os cidadãos das zonas rurais, apoiar a agricultura sustentável, garantindo simultaneamente a segurança alimentar, promover a diversificação económica e a inovação nas economias rurais e tirar partido das oportunidades oferecidas pelas transições digital e ecológica. O acesso a serviços de banda larga estáveis e de alta velocidade, o reforço das capacidades e competências digitais e um ambiente propício à inovação digital rural são fatores cruciais para que as zonas rurais beneficiem das oportunidades digitais. O Pacto Ecológico Europeu oferece grandes oportunidades para as zonas rurais, mas é essencial assegurar uma transição justa e inclusiva, tendo em conta os riscos específicos que estas zonas enfrentam.

Nesta matéria, o Pacto Rural, com os seus objetivos e compromissos (incluindo o mecanismo de verificação rural), é um instrumento fundamental para alcançar as metas e os objetivos definidos na comunicação.

Neste contexto, vale a pena mencionar o lançamento da comunidade do Pacto Rural em dezembro de 2021, tendo todas as instituições europeias, as autoridades nacionais e locais, as organizações de partes interessadas e os cidadãos dos Estados-Membros da UE-27 sido convidadas a refletirem mais aprofundadamente sobre o desenvolvimento do Pacto Rural da UE. Em junho de 2022, realizou-se em Bruxelas uma conferência para debater o conteúdo do Pacto Rural, com mais de 450 participantes interessados em desempenhar um papel na consecução dos objetivos comuns da visão a longo prazo para as zonas rurais. Recentemente, a Comissão Europeia criou o Grupo de Coordenação do Pacto Rural como o principal órgão de governação do Pacto Rural, composto por 30 representantes da comunidade do Pacto Rural. A sua primeira reunião teve lugar em Bruxelas em 21 de junho de 2023. Além disso, e no âmbito do seu Plano de Ação para as Zonas Rurais, a Comissão Europeia criou a **Plataforma da Comunidade do Pacto Rural**, uma ferramenta em linha que reúne todas as informações relacionadas com o Pacto Rural e recursos úteis para as comunidades rurais que se defrontam com o envelhecimento da população e o declínio demográfico (plataforma de revitalização rural).

Nos últimos dois anos, realizaram-se vários debates políticos, nomeadamente no Parlamento Europeu, no Comité das Regiões Europeu e no Comité Económico e Social Europeu, que adotaram as suas posições sobre esta visão a longo prazo para as zonas rurais. O Conselho debateu igualmente o conteúdo da comunicação que estabelece esta visão a longo prazo para as zonas rurais na reunião informal do Conselho (Agricultura e Pescas) que teve lugar em Liubliana em setembro de 2021, sob a Presidência eslovena, com um debate sobre o reforço do diálogo entre as zonas urbanas e rurais.

Assim, dois anos após a adoção, pela Comissão Europeia, da visão a longo prazo para as zonas rurais da UE, e após o primeiro ano de aplicação da PAC e de outras políticas de coesão conexas, será adequado fazer um balanço da situação atual, tendo em mente os principais desafios e oportunidades que as zonas rurais da UE enfrentam, nomeadamente os desafios adicionais que as crises da COVID-19 e da guerra na Ucrânia reaperentam para as zonas rurais, e avaliar as perspetivas futuras para estes territórios.

A este respeito, a Presidência espanhola propõe que o Conselho realize um debate específico com vista a adotar conclusões pertinentes antes do final do seu mandato, dando assim orientações políticas estratégicas específicas sobre a visão a longo prazo da UE para as zonas rurais, avaliando o caminho a seguir e delineando potenciais ações a empreender no futuro, nomeadamente a nível dos Estados-Membros e a nível institucional.

Os resultados da Conferência sobre o Pacto Rural, realizada em Uppsala (Suécia) em maio último, e o próximo Fórum de Alto Nível sobre Política Rural subordinado ao tema *definir o futuro das zonas rurais*, que terá lugar em Sigüenza (Espanha) no final deste mês, organizado pela Presidência espanhola e pela Comissão Europeia, serão também muito úteis neste contexto.

Tal complementar a análise pela Comissão Europeia, em meados de 2023, das ações levadas a cabo e programadas no âmbito dos regimes de apoio às zonas rurais financiados pela UE e pelos Estados-Membros no período de programação de 2021-2027 para a PAC e a política de coesão, destacando as lacunas sempre que necessário.

Esta avaliação será tida em conta no relatório público a publicar pela Comissão até ao primeiro trimestre de 2024, apresentando a execução do Plano de Ação da UE para as Zonas Rurais e contribuindo, juntamente com as conclusões do Conselho, para a criação de um roteiro útil para uma implementação direcionada, eficaz e eficiente da visão no futuro.

A fim de dirigir e orientar o debate entre os ministros, a Presidência espanhola apresenta as seguintes perguntas para o debate no próximo Conselho (Agricultura e Pescas) de setembro:

1. *Que ações e medidas, inclusive a nível europeu, nacional e regional, considera mais adequadas para alcançar as metas e objetivos estratégicos comuns da visão a longo prazo para as zonas rurais?*
2. *Como reforçar os atuais regimes de apoio público às zonas rurais de modo a assegurar a sua coordenação, complementaridade e impacto adequado?*
